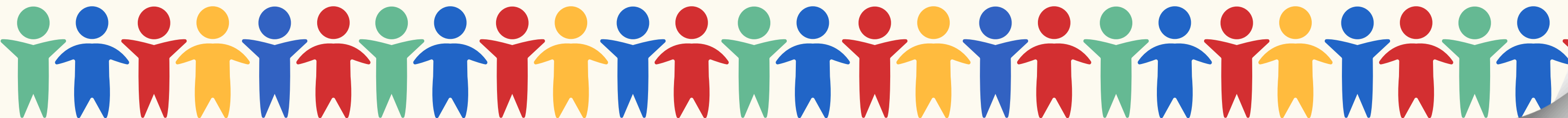


Do Direito a Prática: Intersectorialidade, AEE e Inclusão de Estudantes na Educação Básica

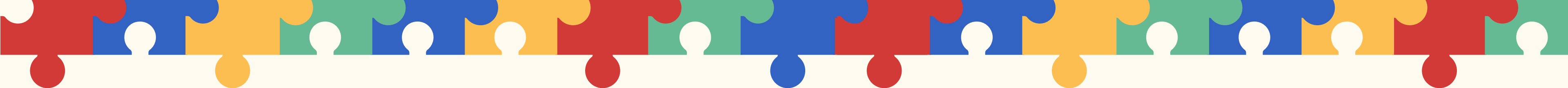




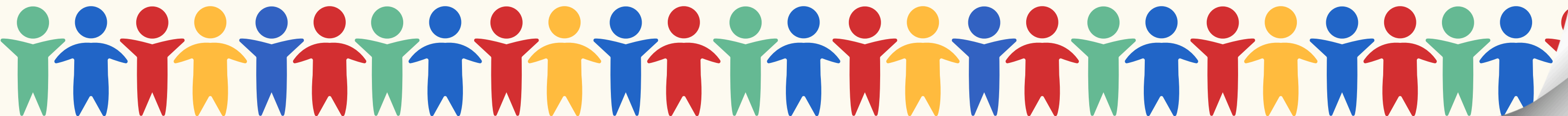
Guilherme de Almeida

Doutorando (bolsista CAPES de Excelência Acadêmica) e Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Atualmente, é Presidente da Associação Nacional para Inclusão das Pessoas Autistas (Autistas Brasil) e Coordenador Geral do Departamento de Arte, Educação, Inclusão e Pertencimento do Projeto Portinari. Único pesquisador brasileiro membro do Stanford Neurodiversity Project, onde atua nos Comitês de Inclusão no Ensino Superior e Inclusão no Mercado de Trabalho. Também é membro do Grupo de Estudos e Pesquisas PAIDEIA da Faculdade de Educação da UNICAMP e ex-membro do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência no âmbito Judicial do Conselho Nacional de Justiça.





A URGÊNCIA DE COMPREENDER O MOMENTO

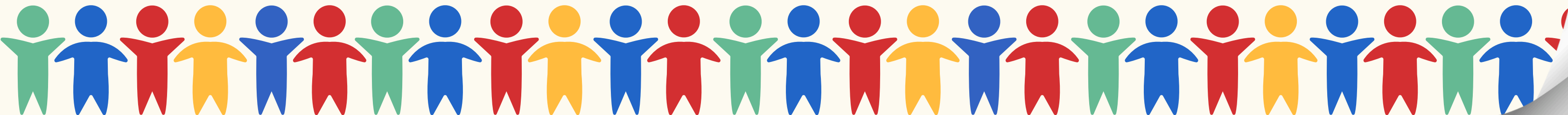




Desafios Estruturais da Inclusão no Brasil

Formação inicial ainda centrada no modelo clínico e integracionista

- *A maior parte dos cursos de licenciatura não aborda a inclusão como eixo epistemológico, mas como tema periférico ou “módulo complementar”.*
- *A deficiência é muitas vezes tratada sob viés psicomédico, e não pedagógico: fala-se em “limitações”, “casos”, “protocolos” – e raramente em barreiras, participação e aprendizagem compartilhada.*
- *Isso gera um corpo docente tecnicamente formado, mas epistemologicamente desarmado para a diversidade cognitiva.*

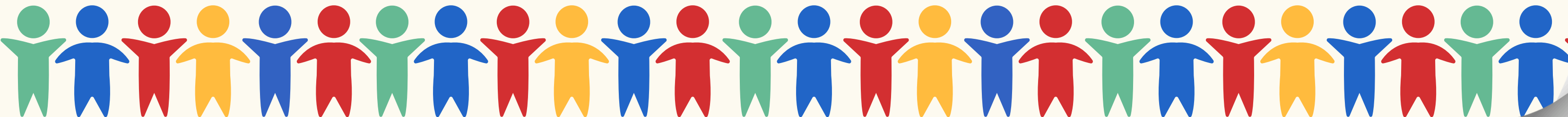




Desafios Estruturais da Inclusão no Brasil

Formação continuada fragmentada e mal planejada

- *Redes priorizam formações curtas, sem vínculo com o PPP.*
- *Shows de stand up e palestras de profissionais da saúde substituem a formação pedagógica.*
- *Falta programa contínuo e reflexivo de formação em serviço.*
- *Muitos professores do AEE desconhecem a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 e confundem atividade pedagógica complementar com repetição terapêutica e/ou reforço.*

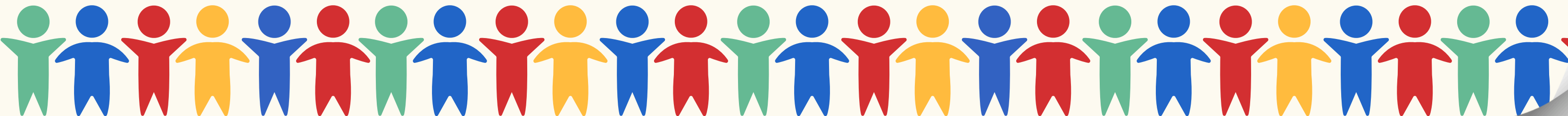




Desafios Estruturais da Inclusão no Brasil

Confusão conceitual entre papéis profissionais

- Em muitas escolas o professor do AEE assume tarefas do professor regente, ou o profissional de apoio é transformado em tutor individual – ambos deslocando a função pedagógica para o campo do cuidado ou da saúde.
- O resultado é a “pedagogização da terapia” e a “terapeutização da escola”.
- Essa confusão compromete a colaboração docente e reinstaura a lógica da dependência, em vez da autonomia do estudante.



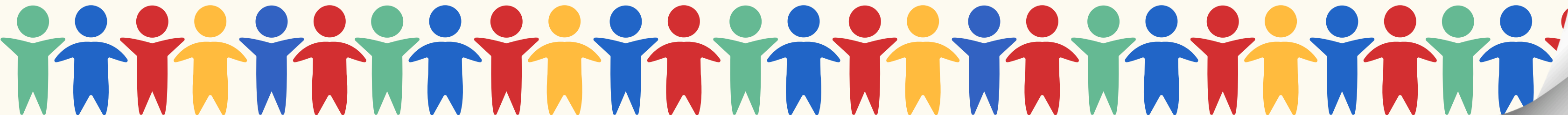


Desafios Estruturais da Inclusão no Brasil

Ausência planejamento inclusivo*

- *Poucos professores têm tempo institucionalizado para planejar em conjunto com o AEE ou o trio gestor.*
- *O planejamento ainda é visto como ato individual e não como prática coletiva – o que inviabiliza a corresponsabilidade pela aprendizagem de todos.*
- *Sem tempo e sem espaços coletivos, a inclusão fica dependente da “boa vontade” individual.*

**benefício de todos os estudantes.*

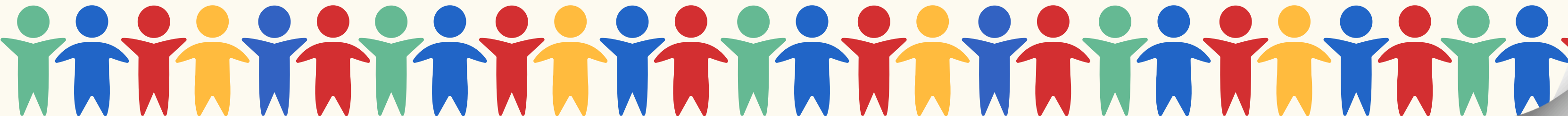




Desafios Estruturais da Inclusão no Brasil

Avaliação como instrumento de exclusão

- Persistem modelos avaliativos baseados na padronização de desempenho, que penalizam a diferença.
- Falta compreensão de que avaliar é também incluir — e que instrumentos acessíveis não são “favores”, mas exigências legais (art. 27 da LBI).
- Muitos professores não dominam estratégias de avaliação justa e acessível, perpetuando a exclusão simbólica mesmo quando a matrícula está garantida. Mentalidade reforçada pela União e Estado.





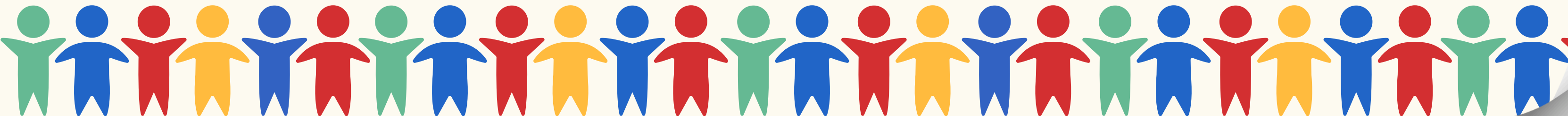
Desafios Estruturais da Inclusão no Brasil

Implicações para os municípios (UNDIME)

- A formação docente não é responsabilidade exclusiva das universidades;
- o município é o *locus* da efetividade da política inclusiva.

Cabe às redes municipais:

- articular programas intersetoriais com universidades e terceiro setor;
- garantir carga horária e certificação;
- incluir o AEE e a inclusão no plano de carreira e nas metas de aprendizagem.



Desafios Estruturais da Inclusão no Brasil

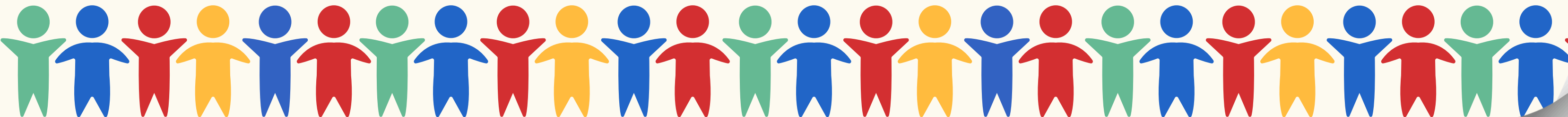




Gestão e Governança

- A estruturação do AEE ainda é um dos pontos mais frágeis nas redes municipais.
- Muitos sistemas o implementam sem **diretrizes pedagógicas**, sem parâmetros técnicos claros e com tempo insuficiente para planejamento e articulação com a sala comum.
- A ausência de **comunicação** entre educação, saúde e assistência gera práticas desordenadas e intervenções medicalizantes, nas quais o foco deixa de ser a aprendizagem e passa a ser o diagnóstico.
- A gestão tende a responder a demandas imediatas com **soluções administrativas** – e não com **planejamento** pedagógico intersetorial.

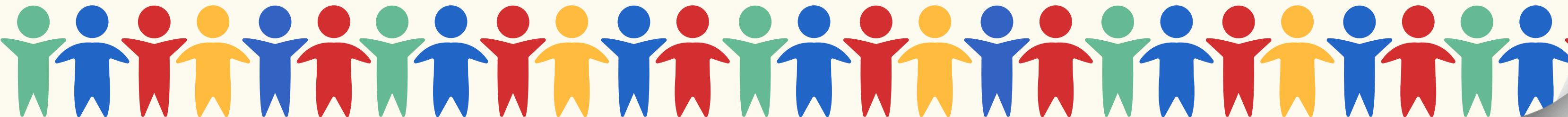
A política se movimenta, mas a escola não se transforma: cria cargos, espaços e relatórios, mas mantém as mesmas lógicas de exclusão.





Cultura Institucional

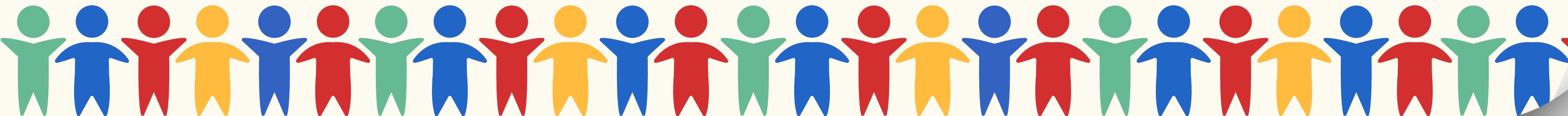
- A inclusão ainda não é compreendida como valor pedagógico e princípio de gestão, mas como exigência legal ou “demanda especial” a ser atendida pontualmente.
- Persiste uma cultura escolar segregacionista, sustentada pela ideia de que alguns alunos “não se adaptam” e, portanto, “precisam de outro lugar”.
- Essa lógica naturaliza a diferença como problema individual, e não como riqueza coletiva que exige mudança na prática docente e no ambiente escolar.
- A falta de Projetos Político-Pedagógicos comprometidos com a diferença faz com que a inclusão dependa da boa vontade de alguns profissionais, e não de políticas institucionais duradouras.
- Enquanto a escola tratar o aluno com deficiência como “exceção”, a inclusão continuará sendo episódica, não estrutural.





O Decreto no 12.686/2025: Avanços Reais e Aparentes

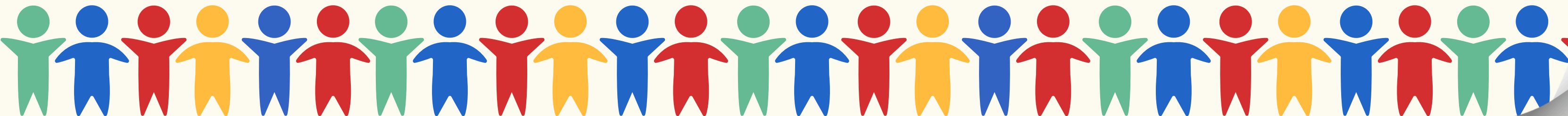
- O Decreto institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e reafirma princípios como equidade, acessibilidade e combate ao capacitismo, alinhando-se formalmente à Constituição, à CDPD e à LBI.
- Entre os avanços declarados, estão o **reconhecimento do autismo como deficiência, a vedação do laudo médico** como requisito para o AEE e a criação da Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.
- No entanto, o texto introduz expressões ambíguas — como “preferencialmente” e “excepcionalmente” — que abrem brechas para a manutenção de escolas e classes segregadas, contrariando o princípio da educação inclusiva em todos os níveis.





O Decreto no 12.686/2025: Avanços Reais e Aparentes

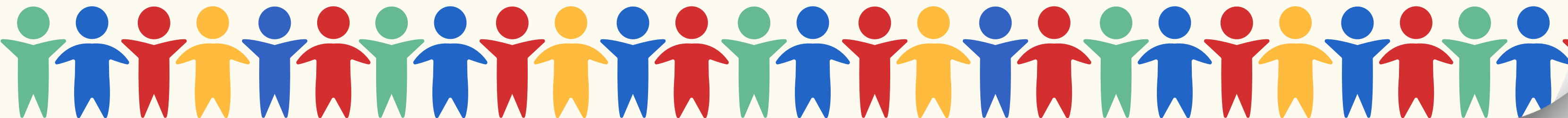
- Ao invocar a “colaboração federativa” e, ao mesmo tempo, concentrar a governança no MEC, o decreto simula descentralização, mas recentraliza o poder decisório, enfraquecendo a autonomia municipal e o pacto federativo.
- A ênfase em “decisões da família” desloca o foco do direito da criança à convivência na diversidade, transformando um direito público em escolha privada.
- O resultado é uma política que fala em inclusão, mas opera sob lógicas excludentes — reafirma princípios justos, mas mantém estruturas que legitimam a desigualdade





O Decreto no 12.686/2025: Avanços Reais e Aparentes

Cabe aos municípios interpretar, regulamentar e implementar o Decreto em conformidade com a CDPD, elaborando suas próprias **Políticas Municipais de Educação Inclusiva**, de modo a consolidar o sistema educacional inclusivo como política de Estado — e garantir que nenhuma ambiguidade normativa sirva de pretexto para retrocessos.



Política de Educação Inclusiva de Capivari / SP



Normas Constitucionais

1. Constituição Federal de 1988

- Art. 1º, III – Dignidade da pessoa humana.
- Art. 3º, IV – Objetivo de promover o bem de todos, sem preconceitos.
- Art. 5º (caput) – Princípio da igualdade.
- Art. 24, XIV – Competência concorrente sobre proteção e integração das pessoas com deficiência.
- Art. 30, II e IX – Competência municipal para suplementar legislação federal e estadual e legislar sobre assuntos de interesse local.
- Art. 205 a 208 – Direito à educação e dever do Estado.
- Art. 227 – Princípio da proteção integral e prioridade absoluta de crianças e adolescentes.
- Art. 5º, §3º – Reconhecimento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência com status de emenda constitucional. Projeto-de-Lei-Educacao-Inclusi...

Tratados e Convenções Internacionais

1. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)

- Incorporada pelo Decreto Federal no 6.949/2009.
- Referência central ao artigo 24, que garante o sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Projeto-de-Lei-Educacao-Inclusi...

Leis Federais

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei no 9.394/1996)

- Base normativa da política educacional municipal.

2. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei no 13.146/2015)

- Principal referência para direitos, acessibilidade, apoios e vedação à segregação educacional.

3. Marco Legal da Primeira Infância (Lei no 13.257/2016)

- Fundamenta a organização do atendimento interdisciplinar e a articulação intersetorial entre educação, saúde e assistência social.

Precedentes e Jurisprudência

1. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no 5357/DF

- Relatoria do Ministro Edson Fachin, STF.
- Define que a educação inclusiva é expressão da igualdade substancial e da vedação ao retrocesso social, cabendo ao Estado remover barreiras e não criar sistemas paralelos de ensino.

Outras Referências Normativas

1. Sistema Nacional de Educação (SNE) – mencionado como marco regulatório da cooperação federativa.

2. Lei Geral de Proteção de Dados (Lei no 13.709/2018) – citada implicitamente no §6º do Art. 11, ao tratar do consentimento informado e proteção de dados.

Decreto Federal no 12.686/2025 – mencionado apenas como contexto de instabilidade normativa, não como fundamento jurídico; o texto municipal o critica e busca afirmar a autonomia local frente às incertezas trazidas por esse decreto.

Síntese

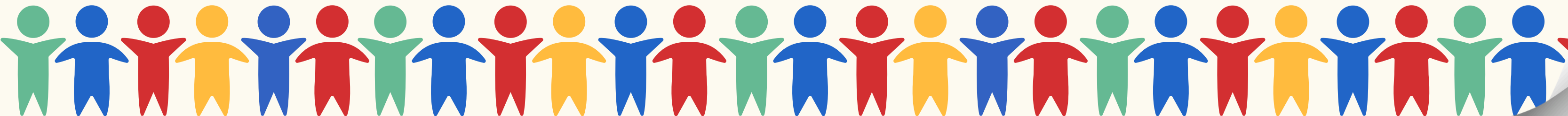
O projeto está alinhado ao bloco de constitucionalidade dos direitos humanos, com destaque para:

- Constituição Federal
- CDPD (Decreto 6.949/2009)
- LBI (Lei 13.146/2015)
- LDB (Lei 9.394/1996)
- Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016)
- ADI 5357/DF (STF)



Efeitos imediatos do Decreto na gestão municipal

- O Decreto nº 12.686/2025 institucionaliza o Estudo de Caso e o PAEE, práticas já previstas na PNEEPEI/2008, agora tornadas obrigatórias em todo o país.
- O Estudo de Caso deve identificar barreiras e apoios necessários à aprendizagem, mas pode se tornar instrumento clínico e burocrático se usado fora da lógica pedagógica. **Estudo de Caso não é anamnese.**
- O PAEE é um documento pedagógico individualizado, articulado ao PPP da escola, voltado à planejamento **colaborativo** entre o professor da sala comum, o AEE e o apoio escolar — não é relatório terapêutico.

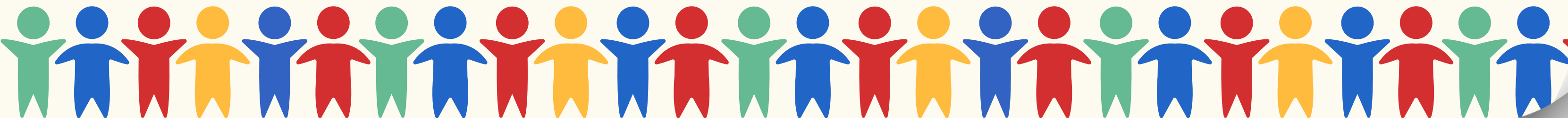




Efeitos imediatos do Decreto na gestão municipal

- O Decreto redefine o profissional de **apoio escolar**, exigindo formação mínima de nível médio e curso específico, o que exige regulamentação municipal para evitar uso indevido ou vínculos precários.
- A criação da Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva centraliza diretrizes no MEC, mas deixa incerta a divisão de responsabilidades e o cofinanciamento, ampliando o peso das decisões municipais.

O desafio das redes é traduzir essas normas em práticas pedagógicas reais, garantindo que o Estudo de Caso, o PAEE e o apoio escolar sirvam à inclusão – e não à burocracia ou à segregação.



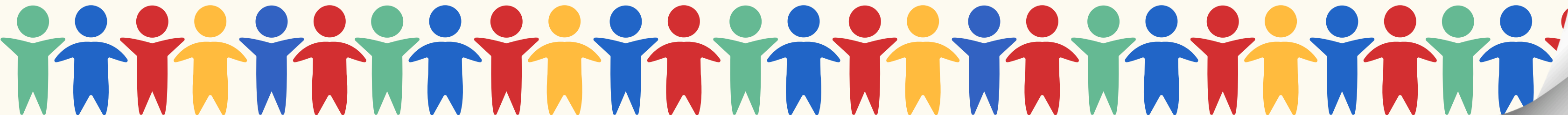


4. A LEITURA PEDAGÓGICA DO DECRETO

O que está em disputa não é a letra, é o sentido pedagógico

- Se o “estudo de caso” virar instrumento clínico, voltamos ao modelo médico.
- Se o PAEE for reduzido a documento burocrático, perde seu caráter emancipador.
- Se o profissional de apoio não for formado, torna-se mediador da exclusão, e não da autonomia.

Educação inclusiva é transformação de práticas – não apenas de protocolos.

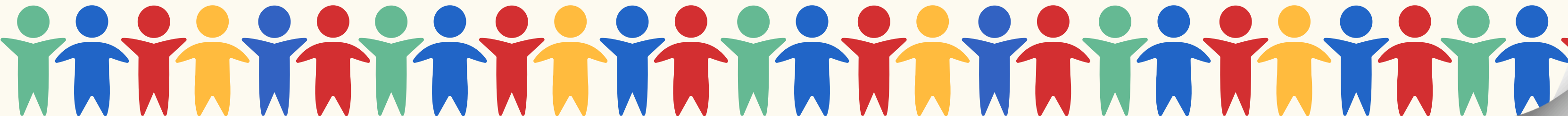




5. OS DESAFIOS MUNICIPAIS

O que cabe aos gestores da UNDIME enfrentar

1. Estruturar o AEE como apoio pedagógico complementar, não substitutivo.
2. Garantir formação continuada de professores e profissionais de apoio.
3. Criar diretrizes municipais coerentes com a CDPD e a LBI.
4. Evitar convênios com instituições segregacionistas.
5. Instituir comitês locais com participação de pessoas com deficiência.



Política de Educação Inclusiva de Capivari / SP



Normas Constitucionais

1. Constituição Federal de 1988

- Art. 1º, III – Dignidade da pessoa humana.
- Art. 3º, IV – Objetivo de promover o bem de todos, sem preconceitos.
- Art. 5º (caput) – Princípio da igualdade.
- Art. 24, XIV – Competência concorrente sobre proteção e integração das pessoas com deficiência.
- Art. 30, II e IX – Competência municipal para suplementar legislação federal e estadual e legislar sobre assuntos de interesse local.
- Art. 205 a 208 – Direito à educação e dever do Estado.
- Art. 227 – Princípio da proteção integral e prioridade absoluta de crianças e adolescentes.
- Art. 5º, §3º – Reconhecimento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência com status de emenda constitucional. Projeto-de-Lei-Educacao-Inclusi...

Tratados e Convenções Internacionais

1. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)

- Incorporada pelo Decreto Federal no 6.949/2009.
- Referência central ao artigo 24, que garante o sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Projeto-de-Lei-Educacao-Inclusi...

Leis Federais

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei no 9.394/1996)

- Base normativa da política educacional municipal.

2. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei no 13.146/2015)

- Principal referência para direitos, acessibilidade, apoios e vedação à segregação educacional.

3. Marco Legal da Primeira Infância (Lei no 13.257/2016)

- Fundamenta a organização do atendimento interdisciplinar e a articulação intersetorial entre educação, saúde e assistência social.

Precedentes e Jurisprudência

1. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no 5357/DF

- Relatoria do Ministro Edson Fachin, STF.
- Define que a educação inclusiva é expressão da igualdade substancial e da vedação ao retrocesso social, cabendo ao Estado remover barreiras e não criar sistemas paralelos de ensino.

Outras Referências Normativas

1. Sistema Nacional de Educação (SNE) – mencionado como marco regulatório da cooperação federativa.

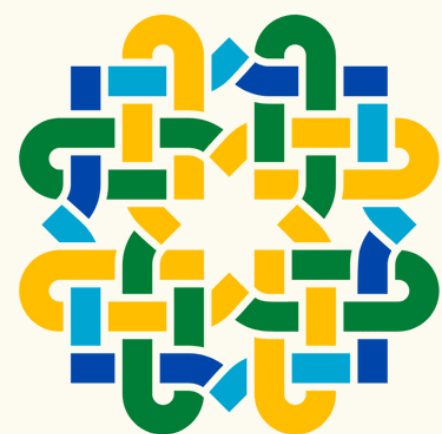
2. Lei Geral de Proteção de Dados (Lei no 13.709/2018) – citada implicitamente no §6º do Art. 11, ao tratar do consentimento informado e proteção de dados.

Decreto Federal no 12.686/2025 – mencionado apenas como contexto de instabilidade normativa, não como fundamento jurídico; o texto municipal o critica e busca afirmar a autonomia local frente às incertezas trazidas por esse decreto.

Síntese

O projeto está alinhado ao bloco de constitucionalidade dos direitos humanos, com destaque para:

- Constituição Federal
- CDPD (Decreto 6.949/2009)
- LBI (Lei 13.146/2015)
- LDB (Lei 9.394/1996)
- Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016)
- ADI 5357/DF (STF)



**Autistas
Brasil**

CONTATO

@autistasbrasil

www.autistas.org.br

presidencia@autistas.org.br

